

6 Con. Brasil

Os rumos da política econômica

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS *

Foi um espetáculo inusitado a concentração, em Brasília, de 2.500 industriais brasileiros, grandes e pequenos, sob a liderança da Confederação Nacional da Indústria. Entretanto, para desapontamento de todos nós, empresários, os resultados ficaram muito aquém do esperado.

Os industriais brasileiros se reuniram em Brasília para levar ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Congresso uma palavra de advertência em relação à política econômica que, não encontrando meios para solucionar o desequilíbrio das contas públicas, mediante cortes de gastos, descarrega todo o seu peso sobre o setor privado. O resultado dessa inversão da ordem é que o controle da inflação vai se assentar na taxa de câmbio sobrevalorizada, no garroteamento do sistema bancário, com depósitos compulsórios escorchantes, e na absurda taxa de juros real, várias vezes superior à dos mercados internacionais.

O produtor nacional está asfixiado. Os exportadores estão desmotivados; as indústrias, expostas à competição estrangeira com câmbio subvençionado, estão

deixando de lado seus programas de exportação para se transformarem em importadores, até mesmo no caso da indústria automobilística; inúmeros setores estão sendo desorganizados, com o abandono das fábricas, tal como acontece na área dos calçados, dos têxteis, das confecções e dos brinquedos; as cunhas fiscal (impostos) e administrativa (compulsório) tornaram os empréstimos bancários uma verdadeira aventura.

A carga tributária aumentou de 25% para 30% do PIB (igual aos Estados Unidos e Japão) e quase o dobro dos tigres asiáticos, e o governo se ufana de que o déficit nominal do setor público vai ser de "apenas" 5% do PIB, contra 7,5% em 1995. As reformas de base se revelaram uma frustração: a reforma administrativa não provou a sua essencialidade, quando se sabe que a dispensa de funcionários excedentes não depende da Constituição; a reforma tributária é uma decepção, construída sobre a esdrúxula proposta de fundir o IPI com o ICMS, o que não simplifica o sistema e não reduz a carga tributária, muito pelo contrário; e a reforma da Previdência é o que se viu, depois das manobras da Câmara dos Deputados, equaciona timidamente o

sistema do INSS, onde os problemas são menores, e passa ao largo das aposentadorias especiais.

Ninguém responde às perguntas dos empresários sobre as iniquidades do "Custo Brasil". O programa de privatização está emperrado e, ao que se sabe, o setor das telecomunicações — um verdadeiro desastre nacional — só será privatizado no próximo governo; por enquanto, só a banda A, da telefonia celular. O setor energético, em que pese a bem-sucedida privatização da Light, está com sua capacidade esgotada e, brevemente, vai constituir um seriíssimo ponto de estrangulamento, capaz de cercear qualquer impulso de crescimento econômico.

Nesse contexto negativo, no dia em que os industriais se reuniam em Brasília, o presidente da República baixava dois incríveis decretos, inspirados pela Secretaria da Receita Federal, tornando ainda mais caótica a atividade portuária nacional. E a Câmara Federal, como se viu, arrasou com o que restava da reforma previdenciária.

* Presidente da Confederação Nacional do Comércio